

DIA NACIONAL DE LUTA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



*Por respeito,
direitos
e inclusão!*

Em todo o país é celebrado na quarta-feira (21) o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, definido pelo Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (MDPD) em 1982 durante um encontro nacional que reuniu entidades que atuam no setor. É o momento de representar as reivindicações de cidadania e de participação plena com igualdade de condições e, sobretudo, de divulgar as lutas por inclusão social.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 14,5% da população do país tem algum tipo de deficiência — algo em torno de 25 milhões de pessoas. Mesmo garantidos na Constituição Federal, os direitos dessas pessoas nem sempre são reconhecidos ou mesmo respeitados pelas instituições políticas, públicas e privadas.

Ao longo das últimas décadas, os movimentos que atuam por inclusão, acessibilidade e respeito vêm pressionando o poder público para que sejam adotadas políticas públicas voltadas às pessoas que possuem algum tipo de deficiência. As dificuldades ainda são muitas, mas a articulação das entidades tem conseguido alguns avanços no que se referem à legislação.

De acordo com o Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), em 2008, o Brasil ratificou a Con-

venção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e em 2009 o seu Protocolo Facultativo, documento que obteve equivalência constitucional, valorizando a atuação conjunta entre sociedade civil e governo. Entre os principais pontos previstos na Convenção, vale destacar o compromisso dos países em assegurar e promover o pleno exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação.

A pressão das entidades também conquistou uma série de leis e normas que visam proporcionar a inclusão e garantir mais direitos para pessoas com deficiências. Em 1989, foi sancionada a Lei 7.853, criando o Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD). Tal legislação dispõe sobre a responsabilidade do poder público nas áreas da educação, saúde, formação profissional, trabalho, recursos humanos, acessibilidade aos espaços públicos e criminalização do preconceito.

Direitos no serviço público

O Artigo 37 da Constituição Federal garante a pessoas com deficiência o direito de concorrer a vagas em concursos públicos em igualdade de condições com os demais candidatos. Pela le-

gislação, deve ser reservada uma porcentagem mínima de 5% e máxima de 20% do total de vagas, e para isso as funções devem ser compatíveis com o tipo de deficiência que a pessoa possui. O edital do concurso também deve conter a previsão de adaptação das provas, do curso de formação e do estágio probatório (similar a um período de experiência), conforme a deficiência.

O artigo 10 da Lei 8112/1990 também assegura que 20% das vagas oferecidas em concursos públicos sejam destinadas a pessoas com deficiência.

Realidade no Judiciário e no MPU

Ainda é preciso muita luta e pressão para que os direitos, a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência deixem de ser um tabu e efetivamente sejam garantidas. No entanto, gradualmente, cresce, no serviço público, o número de trabalhadores que fazem parte da estatística de 14,5% da população com algum tipo de deficiência.

Dados do Censo do Poder Judiciário, realizado em 2013 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apontam que 2,5% do total de servidores efetivos possuem algum tipo de deficiência. De acordo com o censo, nas Justiças do Trabalho e Militar esse percentual alcança 3,5%, e na Justiça Estadual, 2,2%. Se for considerado o número de deficientes apenas entre os servidores efetivos que ingressaram nos últimos dois anos, o percentual se amplia para 4,5% do total de efetivos. Entre esses, 58% são deficientes físicos, 24% visuais e 17% auditivos.

No Distrito Federal, conforme o Sindjus-DF apurou, o órgão que está à frente no ranking da inclusão é o TJDF. Atualmente trabalham no tribunal 256 servidores com deficiência, sendo 141 deficientes físicos, 32 auditivos, 80 visuais e três intelectuais. Com o Núcleo de Inclusão de Pessoas com Deficiência em pleno andamento, o TJ é pioneiro no programa que visa à garantia da acessibilidade e inclusão e o enfrentamento das barreiras impostas pelo preconceito e a invisibilidade.

A política desenvolvida pelo tribunal segue o que determina a

Resolução nº 230 do CNJ, de 22 de junho deste ano, que orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações previstas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Além dessa norma, há também a Recomendação nº 27, que orienta os órgãos do Judiciário a adotarem medidas para "a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais, de modo a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência a suas dependências, aos serviços que prestam e às suas carreiras, para a conscientização de servidores e jurisdicionados sobre a importância da acessibilidade enquanto garantia ao pleno exercício de direitos".

No TST, os dados mais recentes apontam que hoje trabalham 57 servidores com deficiência. No STF, são 43, sendo 24 servidores com deficiência física, 13 com visual, cinco com auditiva e um com múltipla. O CNJ possui sete servidores com deficiência. No TSE, são 27 servidores com deficiência trabalhando no tribunal atualmente, sendo um removido do TRE-PR. Há seis servidores do TSE, que no momento estão removidos para outros órgãos (TRE do MA, CE e GO). No STJ, há 74 servidores, sendo que desses dez possuem deficiência auditiva, 38 física e 26 visual.

Do Ministério Público da União, apenas a PGR respondeu à pesquisa do Sindjus. Nesse órgão, há 74 servidores com algum tipo de deficiência.

A direção do sindicato entende que ainda é preciso avançar muito nas garantias do direito, da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência. A data serve para que a sociedade reflita o quanto de preconceito e invisibilidade ainda impedem que novos avanços sejam garantidos a essas pessoas.

O sindicato vai discutir em sua diretoria ações voltadas aos servidores com deficiência, além de reivindicar junto aos tribunais a implementação de políticas que garantam melhores condições de trabalho e respeito a esses colegas.

STF altera para três a representação da Fenajufe na Comissão Interdisciplinar do PCS

Portaria que instituiu a Comissão designava apenas uma vaga para a representação dos servidores

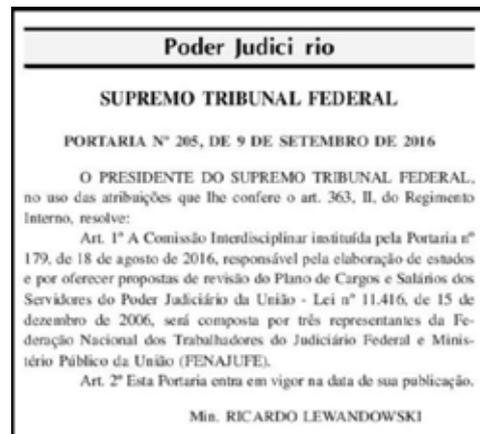
Fonte: Fenajufe

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), Edição 176, de 13 de setembro (terça-feira), a Portaria 205/16, do STF, elevando para três, o número de representantes da Fenajufe na Comissão Interdisciplinar que vai realizar estudos para a revisão do Plano de Cargos e Salários (PCS) dos servidores do Poder Judiciário Federal.

Em reunião extraordinária da Direção Executiva da Fenajufe, realizada no sábado (10/9), os coordenadores Cristiano Moreira, Júlio Brito e José Aristeia foram indicados como representantes titulares na Comissão. Na suplência ficaram os coordenadores Gerardo Lima, Costa Neto e Marcos Santos. A indicação dos representantes obedeceu a ordem de eleição no 9º Congrejufe, acontecido em abril deste ano na cidade de Florianópolis (SC).

Na reunião discutiu-se ainda lutar para que em todas as reu-

niões da Comissão Interdisciplinar haja participação de titulares e suplentes dos representantes dos servidores. A data da primeira reunião da Comissão Interdisciplinar que vai elaborar propostas para a revisão do PCS dos servidores do PJU será divulgada tão logo o STF seja informado sobre os representantes dos tribunais que irão compô-la.



Agentes de Segurança do TSE apresentam projeto de Centro de Treinamento ao Sindjus-DF

Em reunião na sexta-feira (16), os coordenadores do Sindjus-DF Eugênia Lacerda e Itamar Camilo debateram com agentes de segurança do TSE o projeto para o novo Centro de Treinamento do tribunal. Além dos coordenadores do Sindjus, participaram da reunião os colegas Edilson Ricardo, Paulo Ferraz, Reginaldo Rocha, Rogério Rodrigues, Alex Alves e Antônio Joaquim. O espaço, que já funcionou anteriormente, mas necessitava passar por uma reestruturação, era inicialmente destinado ao treinamento contínuo dos agentes de segurança, que anualmente fazem teste de aptidão física para receber a GAS (Gratificação de Atividade de Segurança).

A iniciativa é uma reivindicação desse segmento da categoria, para que tivessem um local de treinamento em artes marciais e musculação. No entanto, o objetivo é a ampliação do uso do espaço para todos os servidores do TSE. Há também a ideia de extensão do Centro de Treinamento inicialmente para os agentes de segurança dos órgãos próximos ao TSE.

Pelo projeto, serão oferecidas aos servidores modalidades como ginástica funcional, Jump, Muay thai, boxe, Jiu-Jitsu, Karatê e Kung fu. A intenção é, ainda, abrir o espaço para servidores de outros tribunais próximos, como STJ e TST, e da PGR. Na reunião, os idealizadores dos projetos pediram o apoio do Sindjus-DF, ressaltando que o Centro de Treinamento pode se tornar uma boa opção de lazer, saúde e integração para os sindicalizados.

A iniciativa, que conta com o apoio da Assertse (Associação dos Servidores do TSE), já tem um local, mas o tribunal garantiu



apenas o espaço, o bebedouro e o cesto de lixo. Alguns equipamentos foram doados por servidores e pela Agelpoljus (Associação dos Agentes de Segurança do Judiciário Federal), mas ainda é necessário comprar alguns equipamentos.

Importante destacar que somente no ano passado, ainda quando o Centro de Treinamento estava em pleno funcionamento, mais de 200 pessoas fizeram atividades físicas no local, correspondendo a cerca de 10% do número de pessoas que atualmente trabalham no TSE.

Por isso, na avaliação dos diretores, é um ótimo projeto não só para os agentes de segurança, mas também para todos os servidores que poderão ter um espaço para cuidar da saúde física e mental.

Fenajufe discute reenquadramento com servidores do TRF1

Fonte: Fenajufe

Levar a discussão do reenquadramento dos Auxiliares Judiciários à Comissão Interdisciplinar do STF, na qual a Fenajufe tem assento. Foi com esse objetivo que os coordenadores Adriana Faria, Costa Neto - que também é Coordenador Geral do Sindjus-DF - e José Aristeia, no plantão esta semana, reuniram-se com um grupo de servidores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que ainda aguardam a progressão para Técnico Judiciário. O encontro aconteceu nesta quinta-feira (15/9).

Segundo explicaram os coordenadores, a via administrativa para se discutir a questão foi encerrada em uma reunião extraordinária do CNJ acontecida em junho deste ano, na cidade do Recife (PE). Mas agora, com a Comissão Interdisciplinar do STF que vai atualizar o plano de carreira dos servidores do Judiciário federal, abriu-se a oportunidade de rediscutir a questão.

Para isso, a Fenajufe fechou compromisso em trabalhar para incluir dispositivo no consolidado final da Comissão,



Foto: Fenajufe

que promova o reenquadramento dos auxiliares. Se o resultado do trabalho for um projeto de lei de carreira, a inclusão seria de artigo específico sobre o tema. E mais. A Federação vai atuar junto aos representantes dos tribunais na Comissão, buscando apoio à solução do problema para os auxiliares de todas as justiças.

Hoje, no País, cerca de 200 servidores do Judiciário federal se encontram nessa situação.



Servidor do TJ ganha duas medalhas de bronze nas Paralimpíadas

O servidor do TJDFT Sérgio Oliva voltará do Rio de Janeiro com duas medalhas de bronze para o Brasil. Atleta paralímpico de hipismo, ele conquistou a sua primeira medalha nesta quinta-feira (15), no adestramento individual misto grau 1A, voltado a atletas com limitações nos quatro membros e no tronco. A segunda medalha veio no início da tarde desta sexta-feira (16), com a vitória no estilo livre individual misto do grau 1.

Essas são as primeiras medalhas paralímpicas da carreira de Sérgio, que já participou dos jogos de Pequim, em 2008, e de Londres, em 2012. Com a segunda medalha dele conquistada hoje, o Brasil passa a ter 57 medalhas, sendo 11 de ouro, 25 de prata e 21 de bronze, na Rio 2016.

Com 33 anos de idade e servidor do TJ há doze anos, Sérgio pratica adestramento paraequestre há mais de dez anos e coleciona vitórias. Em 2007, foi campeão mundial em Hartpury, na Inglaterra; participou de mundiais no Kentucky, nos Estados Unidos, em 2010; e em Caen, na França, em 2014, além de várias outras competições internacionais em que representou o Brasil. Recebeu, também, o prêmio de melhor atleta paralímpico brasileiro na modalidade de hipismo, no ano de 2014. É formado em Direito, com pós-graduação em Direito Público. Atualmente está lotado na Assessoria de Apoio à Governança de Tecnologia da Informação.

História de superação

Sérgio Fróes Ribeiro de Oliva é irmão gêmeo de Flávio e Eduardo. Nasceu de parto prematuro aos sete meses e por falta de oxigenação no cérebro sofre paralisia cerebral. Para auxiliar o seu processo de desenvolvimento psíquico motor, seus pais o colocaram na ecoterapia. Em 2012, a técnica Marcela Pimentel surgiu em sua vida e o incentivou a praticar o adestramento

paralímpico. Desde então, Sérgio vem praticando o esporte com amor, disciplina e dedicação.

Ao longo desses anos conquistou diversos títulos nacionais e internacionais, entre eles, quatro campeonatos brasileiros, um campeonato brasileiro, um campeonato pan-americano, um campeonato sul-americano e campeonato mundial. E agora, sai da Rio 2016 com duas medalhas de bronze.



Sérgio Oliva no momento em que ganhou a primeira medalha de bronze, no Rio

Jornada de Lutas termina com Reunião Ampliada em Brasília

Encaminhamento é pela adesão às paralisações nacionais convocadas para 22 e 29 de setembro. Movimento pela greve geral se fortalece

Fonte: Fenajufe

Os coordenadores da Fenajufe Adriana Faria, Costa Neto e Elcimara Souza – ambos coordenadores do Sindjus-DF – participaram da Reunião Ampliada do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), realizada na quarta-feira (14/9). A Reunião encerrou as atividades da Jornada de Lutas em Brasília contra o PLP 257/16, a PEC 24/16, a reforma da previdência, os cortes orçamentários, o ajuste fiscal e a retirada de direitos.

Entre os encaminhamentos aprovados, foi apontada a participação dos servidores públicos nos dias de lutas já marcados para 22 e 29 de setembro. Serão realizados protestos, atos públicos e paralisações em todo o país contra o ajuste fiscal e o ataque aos direitos dos trabalhadores.

A jornada de lutas dos servidores é o movimento de resistência contra o ajuste fiscal do governo que tenta aplicar medidas que implicam em cortes orçamentários nos serviços públicos, o que trará consequências graves para servidores e para a população. O novo regime fiscal estabelecido pela PEC 241/16 vincula o gasto público à inflação do ano anterior o que, na prática, implica em congelar salários e barrar concursos públicos pelos próximos 20 anos, período de vigência do regime. Já o PLP 257/16 (PLC 54/2016, agora no Senado),



que previa a elevação da alíquota de contribuição previdenciária dos servidores públicos e a reforma do regime jurídico dos servidores, dentre outros ataques, foi aprovado sem condicionantes diretos para servidores e prevendo a renegociação das dívidas dos estados e DF com a União.

Em seu pronunciamento durante a Reunião Ampliada, a coordenadora da Fenajufe Adriana Faria destacou que o momento é de união em torno da pauta dos servidores. "Precisamos de uma luta unificada que está acima de questões político-partidárias. A luta do servidor público é uma luta

da própria sociedade", avalia.

A coordenadora da Fenajufe Elcimara Souza também ressaltou a importância da luta da classe trabalhadora. "É importante a unidade para lutar contra todos aqueles que nos atacam (a classe trabalhadora). Precisamos lutar contra o PLP 257, encaminhado pelo governo Dilma, e contra a PEC 241, encaminhada pelo governo Temer", pontuou na reunião.

O avanço das pautas hostis aos servidores públicos e aos trabalhadores da iniciativa privada acendeu o alerta amarelo e as entidades sindicais buscam construir o movimento paredista nacional. O fortalecimento da greve dos bancários, iniciada há uma semana e o indicativo de paralisação, tanto dos servidores públicos no dia 22 de setembro quanto dos metalúrgicos para o dia 29, fizeram crescer a possibilidade de greve geral.